

POR UM PAICV EM SINTONIA COM OS DESAFIOS DO PRÓXIMO SÉCULO

1. *Enfrentar os grandes desafios do futuro*: Dentro de cerca de dois anos mudaremos de século e de milénio. As mudanças que se registam neste final do século XX são importantes. Está em marcha uma revolução tecnológica que vem alterando a base material das sociedades e a face do mundo. Também estamos perante mudanças profundas nos terrenos mais íntimos da vida quotidiana.

Na vida internacional as mudanças são ainda maiores. E, se é verdade que as mudanças que vivemos encerram novas oportunidades para a sociedade humana, também é certo que trazem ameaças de marginalização para milhões de pessoas. Nestas circunstâncias, coloca-se aos partidos progressistas o desafio de como aproveitar, a favor de toda a sociedade, as novas oportunidades de progresso que se oferecem e reduzir os riscos de marginalização dos menos aptos e mais desfavorecidos.

2. Vivemos num mundo cada vez mais global. A *globalização* coloca, em primeiro plano, os problemas ligados às relações comerciais e transações financeiras entre as distintas regiões do planeta. A globalização manifesta-se ainda, através dos efeitos da acção humana sobre o ecossistema mundial, único e compartilhado, submetido a uma pressão demográfica e produtiva que está a atingir níveis preocupantes. Outra vertente da globalização é o aumento do número dos sujeitos internacionais.

Um mundo globalizado poderá ser mais equilibrado e mais justo se a interdependência operar num sentido construtivo, tendo como esteio uma cooperação internacional adequada que permita fazer diminuir de forma permanente o número de pessoas que vivem e morrem na pobreza, facilitando um crescimento económico elevado e sustentável dos países onde vive a maioria da população mundial, sem se pôr em causa a capacidade regenerativa da Natureza. No entanto, para os países pequenos e mais atrasados, os desafios impostos pela globalização são extremamente árduos.

3. *Uma sociedade em transformação*: A sociedade cabo-verdiana, por seu lado, sofreu, nos últimos vinte anos, profundas alterações, quer nas estruturas económicas, sociais e políticas, quer no desenvolvimento de novos intermediários políticos e sociais, impondo novas exigências aos actores políticos e sociais. Emergiram novos grupos sociais e de interesses portadores de aspirações diferenciadas. Há uma maior complexidade do tecido social. A sociedade cabo-verdiana é hoje mais culta, mais instruída e mais informada, portanto, mais

exigente. Surgem novas demandas sociais para as quais os partidos terão de encontrar respostas adequadas. Do conhecimento desta nova realidade vai depender a eficácia do nosso trabalho político.

Um dos desafios que enfrenta o PAICV é, precisamente, adquirir os conhecimentos e o *saber-fazer* necessários para fazer política, com eficácia e pertinência, nos contextos nacional e internacional actuais, e na situação de partido de oposição. Há necessidade de melhorar a nossa capacidade de resposta aos novos problemas e às novas demandas sociais surgidas. Por isso, devemos elevar a nossa capacidade interna de estudos, programação, relações públicas e marketing político.

Há que colocar o *Partido no centro dos debates* dos problemas globais mundiais e das questões de fundo que enfrenta a sociedade cabo-verdiana e apostar, ao mesmo tempo, num amplo programa de formação de quadros e de militantes, aproveitando a colaboração, nesta matéria, de Partidos amigos. Neste quadro, o Instituto para a Democracia e o Progresso, ora em fase de constituição, poderá desempenhar um papel relevante, funcionando simultaneamente, como centro de formação e promotor de debates sobre assuntos políticos, económicos e sociais da actualidade.

4. *A democracia de partidos* passa, necessariamente, pela valorização dos mesmos, porquanto estes são os mediadores essenciais entre a sociedade e o sistema político. São órgãos privilegiados de representação política, o que lhes confere deveres especiais e exige deles uma maior aproximação aos cidadãos. Do nosso lado, pretendemos agir na base de um compromisso ético com a sociedade cabo-verdiana, que coloque o exercício da política "como uma actividade que se *constrói* em torno de valores, com o objectivo nobre de ajudar a resolver problemas. Uma actividade feita com transparência, honestidade, austeridade e aproximação". Ou seja, que reintroduza a ética da solidariedade no centro das formas de actuação dos Estados.

NA AFIRMAÇÃO DA SUA IDENTIDADE, POR UM PAICV EM ADEQUAÇÃO PERMANENTE À EVOLUÇÃO DOS TEMPOS

5. *De Movimento de Libertação revolucionário e terceiro-mundista a Partido de Esquerda moderno*: O percurso histórico do PAICV é elucidativo quanto à evolução gradual e progressiva no seu posicionamento político, em consonância com realidades e contextos novos: de movimento de libertação revolucionário, passando pela condição de partido dirigente da sociedade, adepto da participação popular e da construção de uma sociedade liberta da exploração do homem pelo homem, no quadro de uma democracia nacional revolucionária, supera criticamente as opções anteriores, quando em Fevereiro de 1990, sem pressões, abraça e promove o pluralismo partidário e político e posiciona-se

como partido de esquerda da área do socialismo democrático, para se integrar na Internacional Socialista.

6. *De Partido de Poder para Partido de Oposição:* O PAICV ao perder as eleições em 1991, através de eleições democráticas e pluri-partidárias por ele organizadas com transparência e lealdade, demonstra a sua maturidade política e coerência. Deixa o poder e assume com responsabilidade a sua condição de partido de oposição. A sua postura não evitou, no entanto, que fosse alvo de uma estratégia de aniquilamento e fosse fustigado das mais diversas formas e os seus militantes sujeitos a humilhações, perseguições e processos políticos. Consegue com maiores ou menores dificuldades, ultrapassar essa fase crítica e continua trabalhando, enfrentando constrangimentos diversos, para restaurar a confiança dos seus militantes, ganhar iniciativa política e reconquistar a confiança social, a fim de se fortalecer, fazer crescer o número dos seus membros e aumentar a sua influência na sociedade, para se afirmar como alternativa real do partido no poder.

7. *Um pensamento económico em constante evolução:* O pensamento económico do PAICV passou também por uma evolução clara, particularmente no tocante ao papel do Estado na economia, ao conceito do planeamento económico, à integração de Cabo Verde na economia internacional, ao papel da iniciativa privada e ao lugar do investimento directo estrangeiro na economia nacional, viragem que ganhou corpo no seu III Congresso, em 1988. Uma análise atenta da prática política do PAICV evidencia a sensatez, o realismo e o pragmatismo com que exerceu o poder, traduzindo-se, na realidade, numa prática mais liberal do que as suas opções programáticas nos domínios político e económico. Tal aparente contradição evidencia, antes do mais, a capacidade de adaptação constante às alterações do contexto interno e externo.

8. *Por um novo Programa:* Hoje, é mais do que evidente que o PAICV tem necessidade de reavaliar o seu percurso político e adoptar um *novo Programa*, que tenha em conta, dum lado, a sua experiência e vivência no poder e na oposição e, de outro, as realidades nacional e internacional. Entendemos que o PAICV deve optar decididamente pelo socialismo democrático em coerência com a sua adesão à Internacional Socialista e, simultaneamente, aprofundar o processo de conversão num partido de esquerda moderno. Impõe-se a organização dum debate interno, o mais cedo possível, sobre estas matérias, o que deverá também traduzir-se na afirmação da identidade do Partido.

9. *Um projecto nacional e integrador:* Acreditamos na solidariedade entre pessoas e gerações, assim como defendemos a coesão e a solidariedade entre todas as ilhas que compõem o nosso país. Cremos que devemos ser capazes de reconhecer os interesses, as demandas e aspirações das diferentes ilhas, sem, no entanto, pôr em causa os interesses nacionais, de todos. O nosso Partido deve reconhecer as especificidades das regiões mas sem acentuar as suas diferenças, na medida em que o nosso projecto de sociedade é nacional e integrador.

10. ***Pela defesa da igualdade e solidariedade sociais:*** Defendemos um *projecto de sociedade aberto e solidário*, em que a *igualdade* é um valor essencial entre os princípios orientadores do Partido que, por sua vez, deve caminhar sempre associada à *solidariedade*. A igualdade pressupõe uma distribuição equilibrada e justa dos recursos e materializa-se através da *igualdade de oportunidades* e de medidas de apoio para aqueles que têm dificuldades de avançar só com os seus próprios meios. Entendemos que é fundamental garantir gradualmente as condições para o exercício do princípio de igualdade de oportunidades. Os serviços públicos de Educação e da Saúde devem servir de esteio para a materialização deste princípio. Com efeito, a Escola tem sido entre nós um factor de ascensão social e de afirmação da igualdade de oportunidades e o acesso à saúde é um factor de igualdade importante na busca do bem estar.

A solidariedade social, no nosso entendimento, não se contrapõe ao trabalho sério, ao esforço pessoal, ao profissionalismo e ao mérito pessoal, valores sem os quais nenhuma sociedade pode avançar, modernizar-se e ganhar confiança para enfrentar com sucesso os eventuais problemas que tiver que resolver. Não haverá solidariedade se não existir, antes, responsabilidade individual.

UNIR E AGIR PARA GANHAR

11. ***Um partido forte, organizado e credível com um projecto unitário:*** Só com um partido forte, organizado e credível podemos aspirar a ganhar os grandes desafios que se nos colocam neste momento. Unir e agir é o nosso lema. Pretendemos reunir toda a Família do PAICV, quer dizer, todos os que comungam dos ideais que norteiam o Partido de Cabral, para sermos mais fortes, mais activos e politicamente mais abrangentes. Outrossim, o nosso projecto é unitário: não exclui ninguém. Todos e cada um de nós somos necessários para levantar o PAICV e endireitar Cabo Verde.

Neste particular, é crucial que o Partido se organize e funcione de maneira a poder mobilizar todas as boas vontades, todas as disponibilidades, enfim, todo o potencial existente. É assim que promoveremos uma maior aproximação e escuta dos militantes, amigos e simpatizantes do PAICV.

12. ***Pela unidade e coesão internas, solidariedade, responsabilização e envolvimento de todos:*** Só um Partido forte e credível pode aspirar a ganhar a adesão e a confiança da maioria dos cidadãos eleitores. O fortalecimento do Partido passa necessariamente pela sua *unidade e coesão* internas, pela *solidariedade* entre os seus membros e pela *responsabilização e envolvimento* de todos na defesa e construção do seu futuro.

É tarefa de todos *cuidar da unidade e coesão do Partido*. Queremos com isso, afirmar que o Partido é de nós todos. Neste sentido, devemos, todos,

responsabilizarmo-nos pelo seu destino, pelo seu futuro. Nas circunstâncias actuais, é indispensável *a responsabilização de todos os militantes e amigos do Partido na acção a desenvolver para melhorar as nossas capacidades em todos os domínios.*

É preciso, contudo, combater alguns equívocos alimentados no seio do PAICV, tais como, a classificação dos seus militantes em históricos e não-históricos, em renovadores e tradicionalistas, em nova e antiga geração e em outras formas de separação ou distinção. Tal prática tem tido efeitos prejudiciais na vida interna do Partido e na constituição e funcionamento dos seus órgãos de direcção.

Há pessoas, dentro e fora do PAICV, que têm manifestado apreensão quanto ao desenvolvimento futuro do Partido. Pois, elas querem um Cabo Verde plural. Querem ver uma alternativa real ao governo do MPD.

13. *A coesão interna* exige, ainda, a existência de *relações de confiança* recíproca no seio do corpo do Partido e pressupõe a consciência de que os destinos individuais estão dependentes da realização dum *destino comum* mais abrangente. Por outras palavras, a realização individual, no e com o Partido, passa pela existência de condições globalmente favoráveis a criar por este. A coesão interna reforça-se também através da *valorização do trabalho* de todos e de cada um, desde o trabalho executado pelo mais humilde dos militantes às complexas tarefas dos membros da Direcção. É indispensável ainda estimular e desenvolver o *espírito de pertença*.

Prometemos velar pela coesão e unidade internas do Partido, incentivar a responsabilização e motivar o envolvimento dos militantes na vida partidária.

POR UMA DEMOCRACIA INTERNA AGLUTINADORA DA VONTADE DO PAICV

14. *Promover o diálogo interno, o debate de ideias e a democracia interna:* O diálogo interno e o debate de ideias nas diversas estruturas partidárias são o caminho mais adequado para se conseguir a convergência de ideias e garantir a unidade de acção.

A *comunicação interna*, isto é, a ligação entre as diversas estruturas do Partido e entre as estruturas e os militantes, complementa o debate e o diálogo interno. Há que aproveitar os diversos meios e formas de comunicação, formais e informais. Aliás, deve-se começar a pensar na utilização das novas tecnologias de comunicação para agilizar a comunicação interna e com o exterior.

O *debate de ideias* permite, outrossim, a superação de clivagens ideológicas, a convergência de pontos de vista e cria as bases para a *unidade de acção*, condições indispensáveis para uma intervenção partidária coerente e eficiente.

A disparidade de atitudes e de posicionamentos políticos, ao contrário, provocam a fragmentação da acção partidária podendo conduzir até a bloqueios no funcionamento das organizações e na sua acção quotidiana, junto das populações.

Sem *democracia interna*, sem sentido crítico, sem superação de rotinas e sem debates livres no seu seio, o Partido não estará em condições de enfrentar com sucesso e dar respostas adequadas e oportunas aos complexos problemas políticos e sociais com que se confronta, hoje. Da mesma forma, o Partido não terá sucessos na sua acção se não houver disciplina no seu seio, se não tiver estruturas orgânicas ágeis e órgãos de direcção e estruturas de apoio que funcionam com eficiência e eficácia. É aliás, na síntese destes ingredientes, encontrada no funcionamento e na acção partidária quotidiana, que está a chave para a sua boa actuação e funcionamento, para o incremento da sua força de influência e da sua capacidade de mobilizar as pessoas para a causa que defende. *Neste âmbito, propugnamos o desenvolvimento no nosso seio, duma cultura de organização que seja participativa, democrática e plural.*

POR UM PAICV MAIS FORTE E MAIS EFICAZ

15. *Pelo fortalecimento orgânico do Partido e do trabalho de direcção:*

O fortalecimento orgânico do Partido depende, particularmente, da qualidade do trabalho de direcção, da política de quadros e de organização e, igualmente, da inserção dos seus militantes nos diversos meios da sociedade cabo-verdiana.

Para o reforço do trabalho partidário no âmbito nacional e da sua intervenção política, impõe-se o melhoramento da *qualidade do trabalho de direcção a vários níveis e a afirmação da unidade de acção* através da coordenação, da integração e complementaridade das actividades desenvolvidas nas diversas áreas de intervenção. Depende, ainda, duma estreita ligação dos dirigentes às organizações do Partido e duma melhor articulação entre os órgãos nacionais, sectoriais e grupos parlamentares nacional e municipais.

O Partido deve poder funcionar como um todo homogéneo e não como uma soma das partes, a fim de produzir economias, criar sinergias e, portanto, maximizar o impacto global do trabalho partidário. Desenvolveremos o trabalho em equipa, que integre a contribuição de todas as estruturas e de todos os militantes e amigos individualmente.

Uma acção partidária eficaz exige a articulação dos objectivos nacionais com os objectivos a nível dos municípios, assim como destes com os objectivos por sectores de actividades, em que se valoriza a complementaridade, a interdependência e a cooperação entre os diversos organismos responsáveis pela sua implementação. Há que assegurar a circulação da informação entre as diversas estruturas do Partido, para que haja uma unidade de acção. *Cabe aos*

órgãos dirigentes a responsabilidade de coordenar, incentivar e integrar as actividades a desenvolver.

A eficácia exige, ainda, que se introduza uma *cultura de resultados* no trabalho partidário. Há que opôr o profissionalismo, a programação e a gestão por objectivos à improvisação; há que estimular o sentido operacional em oposição à reflexão estéril; há que opôr a oportunidade política de intervenção ao perfeccionismo ineficaz.

A criação das condições para se assegurar a eficácia, a pertinência e a estabilidade do trabalho de direcção é outro objectivo prioritário do nosso programa.

16. *As estruturas centrais devem poder desenvolver e apoiar um trabalho de acompanhamento e de apreciação crítica das actividades do Governo e cumprir a sua função de Oposição; fazer o acompanhamento das Câmaras Municipais que dirige e acompanhar a acção dos eleitos municipais; ter a capacidade e dispôr de meios humanos e materiais para desenvolver ou apoiar acções de formação e de actualização dos conhecimentos dos militantes; dispôr da capacidade de desenvolver estudos em direcção aos actos eleitorais, formação de candidatos e preparação de programas e plataformas eleitorais. Ademais, deve desenvolver e valorizar as relações com a imprensa nacional e internacional para poder assegurar e alargar o seu espaço político, nesta área.*

Defendemos a reestruturação e o redimensionamento dos órgãos nacionais de direcção, para os tornar mais ágeis, mais funcionais e menos dispendiosos. Sustentamos também a necessidade de dotação da direcção nacional de uma estrutura de apoio técnico especializado.

17. **Recrutar novos membros:** O nosso trabalho deve também orientar-se para o fortalecimento do Partido que, por sua vez, passa obrigatoriamente pelo *recrutamento de novos membros, tanto para as suas fileiras como para as da JPAI*. Trazer mais pessoas para o seio do PAICV é uma das nossas tarefas prioritárias. O recrutamento deve ser orientado dando preferência aos jovens, às mulheres, aos quadros e aos líderes de opinião. Além do mais, só um recrutamento programado e sistemático de novos membros pode permitir a renovação e o rejuvenescimento do corpo do Partido. Ainda, tem utilidade encontrar formas que permitam aos simpatizantes e amigos participarem nas actividades do Partido para se poder aproveitar todas as potencialidades existentes e densificar a rede de comunicação com a sociedade.

18. **Formar militantes e quadros:** A comunicação com a sociedade, elemento chave na política, exige, por um lado, a integração social do militante e das organizações do Partido e, por outro, o conhecimento do meio social em que age, das suas aspirações, ambições, necessidades e frustrações. Para tal, é imprescindível ter-se em devida conta e analisar as profundas mutações

verificadas na sociedade cabo-verdiana pós-independência e, particularmente, as transformações sociais verificadas depois de 1991.

Com efeito, um dos desafios para o PAICV é, precisamente, adquirir os conhecimentos e o *saber-fazer* necessários para fazer política nas condições actuais e na situação de partido de oposição. É por isso que *a formação é outro eixo privilegiado do nosso programa de trabalho*

19. **Modernizar os métodos e meios de trabalho:** Hoje, não é possível pensar-se em fazer política sem o recurso às sondagens e o domínio das técnicas modernas de comunicação, de publicidade e de marketing político. É preciso não subestimar esta realidade, preparar especialistas e criar capacidades internas nestes domínios.

O papel dos mídias nas campanhas eleitorais é outra realidade irreversível. Aprender a explorá-los e a dominar a sua linguagem são tarefas fundamentais. Devemos pensar na incorporação das novas tecnologias de informação no funcionamento do Partido, o que permitiria uma maior agilidade na difusão de informações.

20. **Fortalecer a capacidade financeira do Partido:** É de todos sabido que os recursos do Partido são insuficientes para o seu desenvolvimento e suas actividades. É o seu calcanhar de Aquiles. É preciso motivar os militantes para o pagamento das quotas e incentivar as estruturas a fazer a sua cobrança. *A responsabilização de todos obriga a contribuição de todos.* Assim, é preciso encontrar formas inovadoras de mobilização de contribuições extraordinárias dos membros, amigos e simpatizantes do Partido para aliviar o actual aperto financeiro. Pretendemos, ainda, criar um grupo de trabalho para estudar, propor e assegurar as formas e vias para obtenção de recursos para o financiamento das actividades do Partido. Por outro lado, é preciso gerir melhor o magro património do Partido.

POR UM PAICV ABERTO E EM SINTONIA COM A SOCIEDADE

21. **Força aglutinadora da oposição e alternativa necessária,** o PAICV deve posicionar-se como *pólo aglutinador* de todas as vontades, dos desejos de mulheres e homens que lutam por uma governação diferente e aspiram a uma real e efectiva democratização da vida política em Cabo Verde. Deve poder catalisar as vontades e os esforços daqueles que querem melhor justiça, maior transparência e honestidade na gestão da coisa pública e ver uma nítida separação entre os interesses privados de governantes e os interesses do Estado, opondo-se à actual promiscuidade existente (compadrio, clientelismo e “negocismo”). Deve agir no sentido de estimular uma *tomada de consciência* da situação perigosa para que o país se resvala e da necessidade de combater a subordinação das instituições públicas aos interesses e ditames do *MPD*.

Queremos construir um Partido que funcione em sistema aberto, um Partido que interage com os seus militantes e com as instituições do país, mas também e, sobretudo, que interage com a própria sociedade. É fundamental que o PAICV consiga transmitir, com sentido de oportunidade política e de objectividade, mensagens nas quais a sociedade se reconheça. Por isso, desenvolveremos um intenso diálogo com a sociedade na busca das convergências entre as políticas e projectos do Partido e as aspirações dos diferentes sectores da sociedade.

22. *A união e a aglutinação de forças sociais* pressupõe o estabelecimento e o desenvolvimento de relações de confiança com todos os grupos sociais ou de interesses, através dum diálogo aberto e consequente com as suas organizações representativas ou individualmente. É preciso ter presente que a confiança terá que ser ganha e a união é um processo que exige perseverança e trabalho árduo. É preciso pôr de lado a ideia oportunista de fenómenos espontâneos e de espera pela queda do fruto maduro, que poderá estar podre em vez de maduro.

23. *Estimular a comunicação e o debate com a sociedade e na sociedade*: O fortalecimento do Partido impõe o reforço e a intensificação da ligação das suas organizações com o meio onde desenvolve a sua actividade. Isso exige um contacto ágil e o diálogo permanente com as populações, uma posição de abertura e disposição para o esclarecimento e consciencialização dos problemas existentes. Neste campo, é preciso evitar preconceitos, sectarismo e arrogância. O sectarismo, a arrogância e os preconceitos só dificultam a comunicação com a sociedade e o crescimento do Partido e, consequentemente, prejudicam o aumento da sua influência política. Para estabelecer objectivos em direcção às populações é ainda necessário conhecer as suas motivações, desejos e necessidades, o que é facilitado pela integração dos membros do Partido nas mais diversas formas de organização da sociedade e pelo exercício de uma cidadania activa.

24. *Pelo exercício de uma cidadania activa* : O militante do PAICV, coerente com as suas opções políticas, é patriota e tem sensibilidade social. O militante deve procurar ser um cidadão activo. Com efeito, um Partido que se atribui as tarefas por nós assumidas, deve poder contar com a presença e a militância em todos os âmbitos. Por outro lado, deve-se entender o próprio Partido como uma ampla rede de comunicação que, se bem utilizada, é capaz de reduzir os efeitos da desigualdade de meios na batalha da comunicação.

O PAICV deve praticar, cultivar, no quotidiano, uma atitude de modéstia, tolerância e abertura, forjando a imagem dum *partido dialogante, aberto e tolerante e suscitando um movimento de diálogo e reflexão com outras correntes e sectores de opinião e com todos os cidadãos que reconheçam ser indispensável a construção na sociedade cabo-verdiana de uma alternativa à política do MPD*. Tem de ser, ao mesmo tempo, sensível aos dramas quotidianos e às dúvidas vividas por pessoas concretas.

25. **Construir uma nova imagem do Partido:** Por outro lado, é preciso melhorar o conhecimento público das actividades das organizações do Partido. A influência do Partido depende também da *imagem* que tem na sociedade, junto dos diversos grupos sociais, nos locais de trabalho ou nos locais de residência, nas cidades ou no campo. Com efeito, *é preciso dar a conhecer o que o Partido quer, o que defende e o que pensa. Isto obriga a um aturado trabalho de informação e de formação de militantes e de quadros.*

26. **Uma nova relação com os movimentos sociais:** Um partido, como o PAICV, que pretende ancorar a sua relação com a sociedade civil numa densa rede de comunicação, deve poder contar com presença e militância em todas as áreas, com mulheres e homens que sejam o seu rosto e a sua voz e comuniquem a experiência e as demandas das realidades sociais em que se inserem. *Aliás, fazer política é debater os problemas e as soluções possíveis, é escutar a opinião dos cidadãos organizados, é explicar e argumentar, é oferecer respostas a problemas e incertezas dos cidadãos e fixar um horizonte no qual se prevê a materialização de decisões. Por outras palavras, é estimular a participação política dos cidadãos.*

27. As nossas prioridades devem concentrar-se na abertura de espaços de diálogo com as associações e os movimentos sociais, para se conhecer as suas demandas e se poder apoiar e defender aquelas que forem justas e pertinentes e, igualmente, contribuir para o aparecimento de organizações sociais que incentivem o associativismo e a cooperação entre pessoas interessadas, como via para a busca de soluções de problemas ou situações específicas.

O militante do PAICV deve dar uma grande atenção ao desenvolvimento das diversas organizações sociais que abrangem os sectores de cultura, sindical, solidariedade social, cooperativo, de deficientes, de defesa do ambiente, de quadros e intelectuais, de camponeses e agricultores e empresarial, assim como as associações de emigrantes. As direcções nacional e locais devem agir neste mesmo sentido. *Contudo, os movimentos sociais devem ser vistos sobretudo como espaços de participação social e política e não como meras extensões potenciais do Partido.*

A comunicação com a sociedade real exige presença e diálogo constantes em todos os âmbitos e não só nos âmbitos institucional e de representação política.

28. **Por um futuro mais seguro para a juventude:** A juventude cabo-verdiana está inquieta face ao futuro bastante incerto que se lhe apresenta. É o grupo social mais atingido pelo desemprego; as oportunidades de educação e formação diminuem em virtude da política de encarecimento do ensino e dos constrangimentos que pesam sobre as bolsas de estudos; valores essenciais como os de família desagregam-se. Os numerosos problemas que enfrenta a juventude coloca-a numa situação de vulnerabilidade face aos riscos da droga e do álcool, da delinquência juvenil, da gravidez precoce, da paternidade juvenil, etc. É

urgente que o Governo desenvolva uma política que dê um tratamento global e adequado à questão da juventude. É preciso investir mais e encontrar vias inovadoras na construção de um futuro mais seguro para as camadas jovens. Os complexos problemas que a juventude enfrenta devem merecer a atenção de todos. Por isso, urge combater a tentação, hoje perceptível, de partidarização e instrumentalização das instituições públicas que atendem o movimento juvenil.

As organizações do PAICV devem aproximar-se, estimular e apoiar o movimento juvenil, como via de combate à droga e de prevenção da delinquência juvenil e, sobretudo, como espaços sociais que proporcionam o enriquecimento cultural e humano da juventude. E, *apoiar o associativismo juvenil, é uma orientação que terá que merecer a atenção de todos os membros do Partido, assim como a atribuição de responsabilidades aos jovens em todos os escalões da Direcção do Partido.*

29. Apoiar a juventude do Partido: A JPAI tem ganho progressivamente espaço próprio no seio da juventude cabo-verdiana, pela acção entusiástica e dedicada dos seus membros. Enfrenta, como todas as organizações que começam, dificuldades de diversa ordem, o que, no entanto, não tem impedido o seu crescimento. Há que aperfeiçoar os seus métodos de trabalho, promover a formação dos seus membros e garantir a sua autonomia de funcionamento.

Nesta fase de afirmação, a direcção do Partido velará pelo seu contínuo crescimento e proporcionará à JPAI os apoios indispensáveis para melhorar as suas condições de trabalho e aumentar a sua influência junto dos jovens quadros, dos jovens trabalhadores e dos estudantes, proporcionando-lhe os conselhos e os meios indispensáveis.

30. Pela promoção da mulher cabo-verdiana: As mulheres são hoje uma força política indispensável para as sociedades enfrentarem com êxito os reptos com que se confrontam.

As mulheres cabo-verdianas têm desempenhado um papel notável na construção da nação e do país, desde os primórdios da sua existência, cabendo-lhes responsabilidades acrescidas na garantia da coesão da família, na educação dos filhos e, em inúmeros casos, no ganho do sustento para toda a família, especialmente, quando na condição de mãe solteira. É esta contribuição valiosa da mulher que precisa ser devidamente valorizada. Por outro lado, é necessário agir, ao lado e com as mulheres, para a construção de um futuro alternativo menos penoso e mais equitativo, especialmente, para as mulheres oriundas das camadas sociais mais desfavorecidas.

A *igualdade entre homens e mulheres* é reconhecida como um princípio essencial de democracia e uma condição indispensável para se assegurar um desenvolvimento humano equilibrado. Contudo, a realidade mostra que a igualdade de direitos e a igualdade de oportunidades não se realizam automática e

simultaneamente. Enquanto a igualdade formal de direitos é conseguida com maior facilidade, fica sempre por assegurar a igualdade de oportunidades. As causas deste desfasamento são de diversa ordem e merecem um tratamento adequado para a sua progressiva eliminação.

Por outro lado, a igualdade entre homens e mulheres é um dos elementos de identificação dos partidos progressistas, devendo ser entendida, portanto, como um dos eixos principais da acção política do nosso Partido.

A aplicação do princípio da *quota de participação feminina*, estabelecido no último Congresso, é uma forma de acção positiva para melhorar a representação das mulheres nos órgãos de direcção e facilitar a sua participação nas instâncias de tomada de decisão política, assim como proporcionar uma presença mais significativa de mulheres nas listas eleitorais do Partido. Esta orientação terá de ser implementada com maior vigor.

O aumento de filiação de mulheres no Partido é indispensável. Com efeito, as mulheres representam um potencial humano importante e imprescindível para a construção do futuro e para o reforço do nosso Partido. Por outro lado, é indispensável debruçar-se sobre a problemática da formação de mulheres militantes, tendo em vista a sua preparação para o exercício de cargos de direcção e de animação, seja no movimento feminino, seja no Partido.

Assim, consideramos necessário e útil integrar no órgão executivo nacional, uma *Secretaria de Participação da Mulher*. Pois, o PAICV sempre tem estado ao lado das mulheres na sua luta emancipadora.

31. Maior aproximação às comunidades emigradas : O PAICV tem uma longa tradição de ligação e apoio às comunidades emigradas cabo-verdianas espalhadas pela Europa, África e América. No momento actual, face aos complexos problemas que elas enfrentam, o PAICV, dum lado, exige do Governo que dê a devida atenção aos interesses dos emigrantes, quer em Cabo Verde, quer nos países de acolhimento e, de outro, vai continuar a mobilizar apoios para a defesa dos interesses dos emigrantes cabo-verdianos junto dos Partidos membros da Internacional Socialista e de outros partidos amigos nos países de acolhimento da emigração cabo-verdiana.

As organizações e os membros do Partido têm um importante trabalho a desenvolver no seio da emigração, estimulando a tomada de consciência da situação por que passa o país e incentivando o desenvolvimento do associativismo para a defesa dos respectivos interesses, para a preservação dos valores culturais nacionais e a facilitação da comunicação com a terra.

É preciso encontrar formas adequadas para a participação dos emigrantes possuidores de saber e de conhecimento no desenvolvimento de Cabo Verde. Devemos pensar na criação de uma rede para o desenvolvimento apoiado em

novas tecnologias e que reúna cabo-verdianos no país e na emigração, quer sejam professores e investigadores em todos os níveis de educação, quadros especializados, homens e mulheres de negócios, etc.

Os cabo-verdianos residentes no estrangeiro, quer pela projecção que fazem da nação cabo-verdiana no mundo, quer pelo seu peso na economia nacional, quer ainda pelo seu lugar e papel nos intercâmbios com as economias dos países de acolhimento, têm direito a maior consideração e devem merecer maior atenção do governo.

POR UMA DEMOCRACIA EFECTIVA E ESTIMULADORA DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DOS CIDADÃOS

32. *Melhorar o ambiente político e aprofundar o desenvolvimento democrático:* O ambiente político que se vive no país não é favorável ao desenvolvimento e aprofundamento da democracia pluralista. Um ambiente de crispação permanente não favorece o debate político sério e a tolerância, ingredientes indispensáveis num regime pluralista. *O que está em jogo, neste momento, é a qualidade da democracia, que só pode ser assegurada num clima de tolerância e de respeito do adversário, ao contrário do que acontece em Cabo Verde onde há generalização da desconfiança, da suspeição e do cinismo nas relações políticas.*

Por outro lado, a fragilidade económica das sociedades pobres favorece a utilização, *como arma política*, de pressões económicas e de chantagens sobre o emprego e contratos públicos ou de ameaças de prejuízos nas actividades empresariais, tendo como efeitos a intimidação, o encolhimento e o afastamento de pessoas da militância política. É o que vem acontecendo em Cabo Verde. *Porém, estes fenómenos essenciais para a Oposição passam despercebidos a muitos observadores políticos estrangeiros.*

A saúde da democracia cabo-verdiana não vai bem. Não pode ir bem a democracia quando os cidadãos desconfiam da independência efectiva da Justiça e pensam que os seus direitos não estão devidamente protegidos. Não pode estar bem a democracia, quando os direitos sindicais são pisoteados com o recurso sistemático à requisição civil dos trabalhadores. Não pode estar de boa saúde a democracia, quando há despedimentos colectivos de jornalistas de órgãos de comunicação social do Estado, em que os critérios de selecção são opacos e os mais qualificados são afastados. Não pode estar bem o regime democrático, quando se recusa à Oposição, cuja função é fiscalizar os actos de governação, elemento essencial para o funcionamento da democracia, o acesso a uma assessoria técnica adequada para o bom desempenho da sua função parlamentar, utilizando critérios aritméticos em vez de critérios políticos. Finalmente a democracia não pode ir bem, quando o Governo faz oposição à Oposição ou quando o Governo faz oposição a Câmaras Municipais democraticamente eleitas,

pela simples razão de serem dirigidas por cidadãos independentes ou ganhas pela Oposição.

33. Começou já o debate nacional sobre a próxima *revisão constitucional*. É nosso entender, que a Constituição deve ser menos verbosa e mais racional e aplicável. Por outro lado, urge adequar a dimensão e os custos dos órgãos de soberania e da administração do Estado à dimensão e aos recursos do país. Igualmente, impõe-se adequar o número de deputados à dimensão do país e às posses financeiras do Estado.

A revisão da Constituição da República deve revestir-se da dignidade que merece e ser precedida de um amplo e autêntico debate público, na busca de consensos com a sociedade sobre matérias de fundo e no sentido de estimular a participação política e combater o desinteresse pela política em vias de se instalar no nosso país. O PAICV compromete-se a encorajar a participação dos seus membros no debate público e a dar uma contribuição de qualidade a nível parlamentar.

34. *Valorizar os partidos políticos*: Os partidos políticos são os mediadores entre a sociedade e o sistema político. São os instrumentos sem os quais as sociedades não podem constituir politicamente a sua vontade e autodirigir-se. Para o cabal cumprimento destas funções, os partidos devem aperfeiçoar as suas estruturas organizativas, no sentido de facilitar a sua aproximação aos cidadãos e facultar a intervenção política organizada destes. Mas, se há dificuldades na tarefa de mediação política, o sistema democrático debilita-se, sobretudo, quando estes factos acontecem num ambiente político caracterizado por crispação política e confrontação permanente e acusações recíprocas graves entre os actores políticos. Tal situação merece tratamento adequado para a sua correcção oportuna e para o respeito das exigências legítimas da cidadania. Este problema reveste-se de uma gravidade muito especial no nosso país.

O fortalecimento do regime democrático passa necessariamente pelo fortalecimento dos partidos políticos. Do nosso lado, devemos trabalhar com paciência e perseverança para o fortalecimento do Partido e o aumento e alargamento da sua audiência, fazendo com que a sociedade valorize as nossas decisões, se aperceba das nossas transformações e apoie os nossos novos projectos. Conseguir este objectivo é um dos desafios a ganhar.

35. *Por uma oposição firme e responsável*: A Oposição também confere responsabilidade. Devemos exercê-la em nome e para todos os cabo-verdianos e não só para aqueles que nos elegeram e nos deram a sua confiança. Mas, em primeiro lugar, temos de defender as propostas que constam da nossa plataforma eleitoral, porque é nelas que acreditamos. Continuaremos a praticar uma oposição firme e responsável. No entanto, não se exclui a possibilidade de

acordar com o governo *espaços de consenso*, nalguns domínios ou sobre determinadas matérias.

Relações com os outros partidos e personalidades da oposição: Daremos uma particular atenção ao estabelecimento do diálogo com os outros partidos e personalidades da Oposição para a análise e troca de pontos de vista sobre a situação política, económica e social nacional e a procura de colaboração para a criação de um ambiente político que favoreça a redução da crispação nas relações entre o poder e a oposição. Merecerá a nossa atenção, nesse diálogo, a problemática do papel da oposição, enquanto elemento essencial do sistema democrático, da isenção dos órgãos de comunicação social do Estado e do financiamento dos partidos políticos.

36. Valorizar o Parlamento e o papel da oposição parlamentar: O Parlamento é o sustentáculo da democracia pluripartidária, assim como a função legislativa é a directriz do Parlamento. A Lei é a representação formal mais acabada da soberania popular. Por isso, o exercício da função legislativa pelo Parlamento, de forma real e efectiva, é o melhor indicador da qualidade dum sistema democrático. Não há nada que degenere mais a democracia que a desvalorização do exercício da actividade legislativa pelo Parlamento. Verifica-se, entre nós, que a legislação tem sido basicamente de iniciativa ou aprovação governamental. Com efeito, o Governo cabo-verdiano tem substituído o Parlamento no domínio legislativo.

É imperioso que o Parlamento tenha uma política legislativa própria. Por outro lado, o Parlamento deve dar mais espaço na sua agenda aos problemas centrais de natureza política, social ou económica. Os debates devem poder facultar aos cidadãos abordagens diferenciadas, análises e enfoques diferentes e soluções distintas. Neste âmbito, impõe-se valorizar as iniciativas da oposição no exercício da sua função de controlo e fiscalização das actividades governativas, em vez de as tentar dificultar e socavar.

A Assembleia Nacional cabo-verdiana tem funcionado de forma intermitente e com duas categorias de deputados: os deputados a tempo inteiro e os deputados a tempo parcial. Este sistema, para além de instituir a discriminação entre deputados, reduz a capacidade de trabalho e de intervenção política destes, ao mesmo tempo que amputa a Assembleia duma parte importante dos seus recursos humanos e capacidades políticas.

O actual regime de incompatibilidades e de impedimentos permite a acumulação do exercício dos cargos de deputados com os de gestores de institutos, de bancos, de empresas públicas, de sociedades de capitais públicos e de dirigentes da Administração do Estado, situação que ofende o princípio de separação de poderes e, simultaneamente, coloca os deputados titulares desses cargos na dependência do Governo, reduzindo grandemente a isenção indispensável para o exercício do cargo de deputado. Urge que todos os deputados passem a

desempenhar os seus cargos a tempo inteiro e que se implemente um regime de incompatibilidades e impedimentos que impeça as anomalias acima identificadas e acorde à função de deputado a dignidade a que tem direito.

37. Reforçar a acção parlamentar: O Grupo Parlamentar do PAICV tem desenvolvido um trabalho meritório, apesar das condições adversas em que trabalha. O seu limitado peso representativo penaliza-o em todos os aspectos, sendo alguns até imperceptíveis para quem esteja de fora, como o tempo a que tem direito nos debates parlamentares. Outro factor penalizante é o limitado número de assessores a que tem direito, o aumento do qual tem encontrado uma má vontade do Grupo Parlamentar do MPD. Apesar das limitações existentes, reconhecemos que o Grupo Parlamentar reúne as condições para melhorar a qualidade do seu trabalho e ganhar maior credibilidade, dentro e fora do Parlamento.

A oposição parlamentar, contrapeso indispensável num regime pluralista, deve ser valorizada. A melhoria da capacidade legislativa, da qualidade e quantidade da assessoria técnica são elementos indispensáveis para que a oposição possa desempenhar convenientemente a função de controlo e fiscalização da governação. Também impõe-se que seja revisto o regime de distribuição dos tempos entre a maioria e minoria quanto aos debates sobre as questões políticas essenciais, a fim de que a Oposição possa enfrentar com armas iguais os argumentos da maioria e do Governo.

Propomo-nos sensibilizar e mobilizar os quadros membros e simpatizantes do Partido para assegurar uma assessoria técnica oportuna e de qualidade às actividades políticas no geral e nos domínios parlamentar e autárquico.

38. Uma Justiça independente ao serviço da Lei: À medida que avança o processo de democratização do Estado aumenta a importância do poder judicial. Embora a democracia não possa resumir-se ao Direito, a submissão do poder político ao controlo jurídico próprio do Estado Democrático reveste-se de uma grande importância para o aumento da qualidade da democracia. O poder judicial é, e deve ser, um poder essencialmente judicial.

Para o fortalecimento do Estado de Direito, é essencial que a administração da justiça goze da confiança dos cidadãos, porque, ao contrário, pode abrir conflitos que põem em causa o equilíbrio e a estabilidade tão necessários à sociedade cabo-verdiana.

Defendemos que, neste momento, é crucial que sejam asseguradas as condições legais, materiais, psicológicas, para que os Tribunais e os juizes possam cumprir as suas funções em liberdade de consciência e sem coacções de natureza política, material, disciplinar ou de índole profissional.

39. Uma Comunicação Social ao serviço da cidadania: Uma Comunicação Social isenta constitui um dos pilares da democracia. Infelizmente, durante esses anos de governação do MPD, vem-se assistindo a uma clara instrumentalização da Comunicação Social, pondo-a ao serviço do poder instituído. Presentemente, a Comunicação Social vive momentos conturbados, com sinais evidentes de saneamento político dos seus trabalhadores, o que augura um futuro pouco encorajador.

É urgente devolver aos cidadãos a confiança de que podem exercer, livremente, a sua cidadania e o direito de opinião que se lhes assiste. Neste sentido, torna-se premente restabelecer o Conselho de Comunicação Social e criar um Conselho de Opinião com representação da sociedade civil e que velaria pelo pluralismo dos órgãos, pela ética e opinaria sobre a programação dos órgãos. Pugnamos ainda pela eleição dos Conselhos de Redacção e dos Chefes de Redacção e que os primeiros sejam ouvidos na escolha da direcção dos órgãos.

Defendemos uma política pública global para a Comunicação Social, com a revisão da Lei de Imprensa, do Estatuto dos Jornalistas, da Carreira Profissional, cuja progressão deve obedecer a critérios de experiência, formação e mérito, do estabelecimento de um Código Deontológico para os jornalistas e para os órgãos, através de uma discussão pública e participada.

Mais defendemos a necessidade de um maior direccionamento da comunicação social para o meio rural e para o fomento da comunicação educativa.

A imprensa privada deve ser encorajada e apoiada. Há que pôr cobro à discriminação e perseguição de que vem sendo alvo. Defendemos a atribuição de um subsídio a ser fixado em percentagem do atribuído à Comunicação Social do Estado, para além de alguns subsídios indirectos em espécie.

Encorajaremos ainda a auto-organização dos jornalistas enquanto parceiros do Estado na procura das melhores vias para a comunicação social em Cabo Verde.

40. Uma Administração ao serviço do Estado de Direito Democrático e do Desenvolvimento: O desenvolvimento económico exige uma administração pública e funcionários com elevado espírito de profissionalismo, competentes e motivados. O factor principal para se conseguir este desiderato são a atractividade, a segurança e a estabilidade na carreira, sustentadas nos critérios do mérito e da competência para as promoções e no princípio da previsibilidade no desenvolvimento da carreira. Com o desprezo arrogante destas regras fundamentais de gestão, com os atropelos e as perseguições que se registam, associados ainda à imprevisibilidade quanto ao futuro das carreiras, a Administração Pública é, hoje, uma administração desmotivada e com baixa produtividade. Para mudar tal situação é vital o regresso ao respeito pelas regras e princípios de direcção universalmente aceites e reconhecidos como eficazes e o fim das discriminações e perseguições por razões políticas.

Defendemos uma real descentralização da administração do Estado que possibilite uma verdadeira participação dos cidadãos e seja catalizadora das capacidades e potencialidades locais. O PAICV encorajará a consolidação e o aperfeiçoamento do processo de descentralização. Velará para que, dentro das possibilidades do país, os municípios possam dispôr de recursos humanos e financeiros suficientes para poderem corresponder com eficácia às competências e atribuições que lhes são transferidas.

Condenamos de forma veemente a distinção pelo Governo actual entre Câmaras “filhas de dentro” e Câmaras “filhas de fora”, na tentativa clara de estrangular aquelas que não são da sua cõr política e de manobrar o sentido do voto dos municípes.

41. Promover o diálogo social e o respeito dos direitos sindicais: O desenvolvimento económico e social de Cabo Verde exige uma congregação de esforços assente na participação e numa vontade nacional muito fortes.

Factores subjectivos, tais como a confiança nas relações entre os actores sociais e o governo, a percepção de que haverá compensações futuras para reparar os sacrifícios actuais ou a participação num projecto nacional a construir, ganham peso na política de desenvolvimento. Estes factores fazem com que o diálogo e concertação sejam elementos determinantes no relacionamento entre o poder e os actores sociais, baseado nos princípios da parceria e da co-responsabilização.

Porém, a concertação social deve processar-se na base da sinceridade e da lealdade e no estrito respeito da lei, dos direitos sindicais e dos trabalhadores. Para criar as condições favoráveis ao diálogo e ao entendimento o Governo não pode continuar a pautar a sua actuação neste domínio pela arrogância e pelo autoritarismo, por forma a que se crie um ambiente social estável, necessário a um desenvolvimento económico sereno.

42. Por um diálogo franco e construtivo com as Confissões Religiosas: O PAICV preconizou sempre a liberdade de consciência, de religião e de culto e, durante o tempo em que foi Governo, observou e fez observar essa liberdade, favorecendo assim o aparecimento de um clima propício à prática de religião que, em muito, contribuiu para a estabilidade e paz social no País, o florescimento da justiça e solidariedade social e a responsabilidade dos cidadãos.

As igrejas, pregando a verdade evangélica e iluminando todos os sectores da actividade humana com a sua doutrina, contribuem para o respeito e promoção da liberdade pública.

Adepto de mútua independência e autonomia do Estado e das igrejas na esfera própria de cada um dos poderes, o PAICV reafirma que as duas instituições, embora a títulos diferentes, estão ao serviço da vocação pessoal e social dos homens, e que elas exercerão tanto mais eficazmente esse serviço quanto mais

cultivarem entre si uma sã cooperação. Nessa linha de orientação, pretendemos desenvolver um intenso e construtivo diálogo com as igrejas, assente em relações de confiança e respeito mútuo.

O PAICV reclama dos órgãos competentes do Estado, concretamente da Assembleia Nacional, a aprovação de uma lei sobre a liberdade de consciência, de religião e de culto, no respeito pelos princípios estipulados no artigo 48º da Constituição da República.

O PAICV, face à onda de profanações dos lugares de culto católico que no passado recente ocorreu no País, condena firmemente tal prática, que entristeceu e chocou toda a Nação, mormente os católicos; repudia mais uma vez o seu aproveitamento político; reclama do Governo que seja efectivamente assegurada a protecção aos locais de culto; e exige o julgamento dos verdadeiros culpados.

POR UMA NOVA ORIENTAÇÃO DA CONDUÇÃO DA POLÍTICA ECONÓMICA E SOCIAL

L3. Cultura
L4. Educação
A5. Ambiente

33. A grave crise económica e financeira que o país atravessa é o resultado, por um lado, de uma política económica neo-liberal conduzida de forma precipitada e sem ter em conta a realidade nacional e, por outro, da gestão eleitoralista e clientelista durante a legislatura anterior. A execução da política económica do MPD, principalmente nos dois últimos anos da anterior legislatura, teve um único objectivo: ganhar a todo o custo as segundas eleições legislativas. O Governo do MPD esqueceu-se que tinha o dever e a obrigação de defender os altos interesses do país e as conquistas duramente alcançadas pela população cabo-verdiana.

Dessa política económica desajustada resultaram desequilíbrios macroeconómicos internos e externos jamais imagináveis em Cabo Verde, nomeadamente o agravamento do défice orçamental, o aumento da dívida pública interna e externa, o défice das Contas Externas, a delapidação das reservas cambiais e o aumento da taxa do desemprego. A credibilidade externa do país sofreu grandemente.

34. Perante esta situação o Governo foi obrigado, logo após as últimas eleições legislativas, a apelar ao “aperto do cinto” e a aplicar as receitas do Programa do Ajustamento Estrutural, com todas as suas consequências em termos de custos económicos e sociais para o país e para a população cabo-verdiana. De facto, está-se perante um Programa de Ajustamento Estrutural não declarado, já que o Governo não tem a coragem de o assumir. Os ingredientes e os sintomas são os mesmos: a restrição do consumo dos cabo-verdianos; o aumento substancial dos preços, sobretudo dos bens alimentares de primeira necessidade, dos materiais de construção e dos combustíveis, incluindo o gás butano; o congelamento dos salários para a Função Pública e para os trabalhadores em

geral; o aumento dos impostos; a depreciação constante e deslizando do escudo; a restrição do crédito; a redução das despesas orçamentais no domínio social.

45. O colapso das Finanças Públicas obriga a que, hoje em dia, seja vital para o país a compra da dívida interna por agentes externos. Pela primeira vez na história de Cabo Verde, iniciaram-se os atrasos de pagamento aos Funcionários Públicos. Os investimentos públicos vêm sendo, ao longo dos últimos anos, substancialmente reduzidos, sem que haja compensação através dos investimentos privados nacionais e externos.

Devido à falta de divisas, pela primeira vez na história de Cabo Verde, o país não consegue efectuar tempestivamente as transferências para o exterior resultante das importações, acarretando prejuízos e perda de credibilidade para o país e para os operadores económicos do comércio externo.

46. O desemprego aumenta e esse flagelo já atinge perto de 40% da população activa cabo-verdiana. Em vez de criar mais postos de trabalho, o Governo do MpD lança centenas de trabalhadores das FAIMO no desemprego e na miséria, criando situações de grande carência alimentar de um elevado número de famílias e mal-nutrição de um número significativo de crianças; as crescentes dificuldades do sector da construção civil provocam a contracção do emprego na área; um número significativo de pessoas vem sendo despedidas na sequência do processo de privatização das empresas, da reestruturação da Comunicação Social do Estado, etc.

47. Ao promover a abertura política, em 1990, o Governo do PAICV já tinha iniciado a implementação, de uma forma gradual, séria e sem ruptura, de uma nova política económica. Uma maior liberalização da economia, visando o reforço da economia de mercado, a readequação à luz das novas realidades do papel do Estado na economia, o incentivo ao desenvolvimento do sector privado, a promoção do investimento externo e a integração do país na economia internacional, constituíam, sem dúvida, as grandes opções dessa política económica.

48. Por uma economia de mercado: Defendemos muito claramente a economia de mercado. Mas, ao contrário do MPD, não advogamos uma política neo-liberal selvagem. É hoje amplamente reconhecido, e cada vez mais pelos países desenvolvidos da Europa, que o mercado, por si só, não resolve todos os problemas e males da economia. Fundamentalmente, não dá resposta satisfatória às grandes preocupações sociais, nomeadamente ao emprego, ao abastecimento dos produtos essenciais a todos os recantos do país, à garantia de uma certa estabilidade de preços a nível nacional e ainda à problemática de conservação do ambiente.

49. Pelo fortalecimento do sector privado: Defendemos o fortalecimento do sector privado para assumir o papel de motor da economia. Por isso,

encorajamos e incentivamos a iniciativa privada e o empresariado nacional. O Estado não deve abdicar-se das suas responsabilidades. Ao Estado compete criar as condições necessárias para impulsionar o desenvolvimento da economia. Enquanto parceiro responsável, o Estado deverá vigiar e regular os desfuncionamentos da economia, principalmente quando esta tende a agravar os índices de desenvolvimento social das populações.

50. *Por um desenvolvimento com justiça social:* Cabo Verde precisará sempre da justiça do Governo, em defesa dos mais vulneráveis. Defendemos que o Estado deve, por inteiro, assumir as suas responsabilidades nos sectores sociais vitais como a educação e a saúde. Enfim, O PAICV advoga um *desenvolvimento com justiça social*. Um desenvolvimento que beneficie todos os cabo-verdianos e que não conduza à marginalização de camadas da população ou de regiões do país; um desenvolvimento respeitador e promotor da defesa do meio ambiente.

Somos, pois, pela construção de uma economia mais justa e mais equitativa. Uma das nossas grandes opções é a promoção de uma sociedade solidária, a distribuição mais justa do rendimento e uma maior justiça social. Condenamos, pois, vivamente toda a política que tende a concentrar a riqueza nas mãos de uma clientela política e alastrar a miséria na maioria da população.

51. *Defendemos o princípio das privatizações.* Mas não à delapidação do património público; mas não ao leilão precipitado e pouco transparente das empresas. As privatizações não são apenas um vender e um liquidar de empresas. Para nós *as privatizações devem inserir-se numa estratégia de dinamização da economia e de estímulo do investimento privado*, e do privado nacional em particular, e de criação de uma verdadeira concorrência e evitar a substituição do monopólio estatal pelo monopólio privado. O sucesso da política de privatizações implica igualmente a defesa dos interesses nacionais, a salvaguarda dos interesses dos trabalhadores e a criação de condições de participação plena do privado nacional.

52. A política de *emprego*, no sentido de manutenção do emprego e da criação de cada vez mais postos de trabalho, constitui a nossa primeira e grande opção. O emprego para a camada jovem merecerá uma atenção muito particular.

O crescimento económico, no quadro de uma estratégia de recuperação do equilíbrio dos principais indicadores macroeconómicos do país, constituirá um objectivo fundamental a atingir.

Constituem prioridades estratégicas a nível sectorial, o desenvolvimento do turismo, da pesca, da indústria transformadora, da valorização dos raros recursos naturais do país, dos serviços e, particularmente, dos serviços internacionais, no quadro de uma política de crescimento do peso de Cabo Verde na economia mundial.

Velaremos pela *recuperação da confiança dos agentes económicos* quanto ao futuro deste país e da *credibilidade externa* do nosso país, que tem sido negativamente afectada pelos Governos do MPD.

53. Existem sinais evidentes de *degradação da situação social*: O desemprego aumenta com especial incidência nas camadas jovens; a pobreza aumenta; as condições de vida dos camponeses degradam-se; os pagamentos dos salários nas FAIMO atrasam-se; o custo de vida aumenta; os salários estagnam; o acesso aos serviços públicos de saúde para as camadas mais desfavorecidas da população é cada vez mais difícil; os custos do ensino sobem e já são dificilmente suportáveis. *Reapareceram os sinais dos «velhos tempos», no interior de Santiago: mulheres a penhorarem as suas jóias para poderem comprar alimentos.* Regista-se um aumento do número de greves ou de ameaças de greve nas empresas e serviços públicos; o descontentamento no seio dos funcionários e reformados; o mal estar no seio da classe médica; a inquietação no seio das Forças Armadas.

Há riscos de aumento das desigualdades e de polarização social. A sociedade no geral está inquieta com esta perspectiva. Impõe-se desde já, combatê-la. Não favorece ao país. *É preciso que seja garantida uma solidariedade autêntica com as camadas mais desfavorecidas, porquanto as políticas que favorecem a redistribuição económica e promovem a igualdade de oportunidades favorecem a estabilidade democrática.*

2 - mudança 54 e 56 - CUBANA

POR UM REFORÇO DO RELACIONAMENTO COM PARTIDOS AMIGOS

54. *Internacional Socialista e Relações com os Partidos estrangeiros*: O PAICV pertence à família da Internacional Socialista (IS) desde 1993. A IS é o maior agrupamento internacional de partidos políticos. O PAICV ganhou credibilidade no seio desta Organização, que abrange os partidos sociais democratas e socialistas democráticos. Coerente com esta opção, devemos continuar a desenvolver e estreitar relações com os partidos europeus, americanos e africanos membros da Internacional Socialista e procurar participar activamente nas suas diversas instâncias e actividades.

55. No âmbito das relações exteriores defendemos ainda o estreitamento das relações com partidos africanos amigos com os quais desenvolve laços de amizade desde longa data, particularmente o MPLA, a FRELIMO, o MLSTP, o PAIGC, o ANC, a SWAPO, a ZANU, o PS Senegalês. O PAICV deve, ainda, manter e desenvolver relações especiais de amizade e de colaboração com os partidos políticos amigos portugueses e brasileiros e ainda com outros partidos que apoiaram a luta de libertação nacional.

FAZER DO PAICV UMA ALTERNATIVA DE GOVERNAÇÃO É A NOSSA APOSTA

⁵⁹
36. Vamos preparar o Partido para enfrentar com fortes possibilidades de vitória as eleições autárquicas e legislativas de 2000. Os nossos ganhos só poderão ser fruto de um trabalho programado, de uma direcção lúcida e empenhada, do reforço do diálogo com a sociedade, da elevação da qualidade de intervenção dos militantes e do seu envolvimento e responsabilização na vida do Partido, da unidade de acção e do reforço da solidariedade interna e dum trabalho paciente e perseverante na construção gradual e progressiva de alternativa ao partido no poder.

No contexto eleitoral, as eleições autárquicas constituem o desafio maior, pelo efeito de arrastamento que podem exercer sobre as campanhas para as eleições legislativas e sobre o seu desfecho. Vamos apostar forte na preparação do Partido para enfrentar com garra e confiança estas eleições.

No quadro dos princípios de diálogo, de democracia interna e de co-responsabilização que irão orientar a nossa gestão, consideramos ser conveniente a realização de um Congresso Extraordinário para avaliar os resultados conseguidos nas eleições autárquicas, aprovar as linhas gerais da Plataforma Eleitoral para as Legislativas e indicar o candidato do Partido ao cargo de Primeiro Ministro. Para além de democrática, é a opção que vai contribuir para reforçar a confiança recíproca entre todos os escalões do Partido, ao mesmo tempo que o prepara para enfrentar as eleições legislativas unido, coeso e motivado.

⁶⁰
37. O nosso *objectivo estratégico*, como maior partido da oposição, é preparar pacientemente uma alternativa que abra novas perspectivas de confiança para os cabo-verdianos, construindo uma maioria social que converta esta alternativa em opção ganhadora nas próximas eleições.

PAICV é a alternativa de que Cabo Verde precisa, mas, mais do que um desejo, terá que ser uma obra.

Praia, 12 de Setembro de 1997